

4.6 Registros de Mídia ³⁷			
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ⁴¹	30/06/2010	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal de notícias da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reporta que Leonardo Rezende seria advogado da Comissão dos Atingidos e como conselheiro teria participado da "64ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada da Zona da Mata, do Conselho Estadual de Política Ambiental, COPAM,"
Estado de Minas Gerais ⁴²	26/02/2011	Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias Estado de Minas Gerais reporta que Leonardo Rezende teria advogado em favor do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab) em ação civil pública interposta pelo Nacab em desfavor da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. "Construída em 2003 pelo Consórcio Candonga, da Vale e Nouvelis do Brasil, a hidrelétrica inundou o distrito de São Sebastião do Soberbo, pertencente a Santa Cruz do Escalvado, onde moravam 120 famílias, removidas."
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social ⁴³	15/06/2012	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) relata que Leonardo Pereira Rezende seria conselheiro suplente da SEDESE e teria comparecido a 169ª "Plenária Ordinária do CEAS".
Câmara Municipal de Viçosa ⁴⁴	11/10/2012	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação da Câmara Municipal de Viçosa reporta que a Câmara Municipal de Viçosa teria entregado "uma placa de homenagem à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), através da 9ª Subseção de Viçosa, pela comemoração do Dia do Advogado, em 11 de agosto e pelos 80 anos da entidade. (...)O Presidente e o Vice-Presidente da OAB Viçosa, Leonardo Pereira Rezende e Marcos Magalhães, respectivamente, receberam a placa em nome de toda a Subseção de Viçosa."
Justiça Federal ⁴⁵	07/12/2012	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal de notícias da Justiça Federal relata que Leonardo Rezende teria participado da solenidade de instalação da subseção judiciária do município de Viçosa, "a 23ª do estado, composta por vara única e com competência geral e juizado especial federal adjunto cível e criminal." Também teriam comparecido ao evento, o então presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador federal Mário César Ribeiro; os outrora prefeito de Viçosa, Celito Francisco Sari; o vice-presidente da Câmara Municipal, vereador Luiz Eduardo Salgado e outras autoridades públicas.

⁴¹ Fonte: [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável](#). Acesso em 27/05/2020.

⁴² Fonte: [Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 27/05/2020.

⁴³ Fonte: [Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social](#). Acesso em 27/05/2020.

⁴⁴ Fonte: [Câmara Municipal de Viçosa](#). Acesso em 27/05/2020.

⁴⁵ Fonte: [Justiça Federal](#). Acesso em 27/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ³⁷			
Bancada Verde ⁴⁶	29/04/2016	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal de notícias Bancada Verde relata que a <i>"Comissão Externa que acompanha os desdobramentos e as providências que estão sendo tomadas devido ao rompimento de barragem na Região de Mariana (MG) ouviu, durante audiência pública realizada nesta quinta-feira, 28, o advogado Leonardo Pereira Rezende, que atua em defesa de alguns atingidos, (...)"</i> O advogado Leonardo Pereira Rezende também manifestou sua preocupação quanto aos rejeitos da mineradora que continuam vazando em Mariana, mesmo após cinco meses da tragédia. Rezende avalia que, se a comissão conseguir fazer a mediação entre as partes haverá mais possibilidade de se encontrar uma solução que atenda todos os interesses."
NACAB ⁴⁷	08/2019	Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias NACAB informa que Leonardo Rezende seria coordenador jurídico da Assessoria Técnica Independente (ATI) do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB). Segundo a mídia, <i>"A Assessoria Técnica Independente/ATI surge como uma solução que possibilita aos grupos sociais, comunidades, famílias ou indivíduos, exercerem influência sobre os processos de decisão relacionados a seus direitos de reparação, compensação ou indenização nos casos em que a implantação de um empreendimento promova alterações ou impactos em seu modo de vida."</i>
Rádio Teixeira FM 87,9 ⁴⁸	12/08/2019	Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias da Rádio Teixeira FM 87,9 informa que Leonardo Rezende estaria entre os advogados do Nacab - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas Por Barragens em ação civil pública movida <i>"contra o Estado de Minas Gerais e Zona da Mata Mineração S/A ao argumento que a segunda ré obteve autorização para exploração de minério de ferro nos Municípios de Teixeiras e Pedra do Anta. Ocorre que, mesmo tendo obtido a autorização de pesquisa e exploração, o segundo réu deixou de observar uma série de condições necessárias para que pudesse obter tais autorizações, pois não realizou audiência pública desrespeitando a legislação municipal, não informou a existência de nascentes e cursos d'água no estudo de impacto ambiental, que existem outros impactos que não foram indicados e em relação aos quais não foram apresentadas medidas mitigadoras, que existe conflito em relação ao uso da água e que não foram levados em consideração os contextos socioculturais das comunidades situadas não entorno do empreendimento."</i>
Assembleia Legislativa de Minas Gerais ⁴⁹	29/10/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias da Assembleia Legislativa de Minas Gerais reporta que <i>"Leonardo Pereira Rezende, advogado e membro do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - Nacab"</i> teria comparecido a <i>"44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA</i>

⁴⁶ Fonte: [Bancada Verde](#). Acesso em 27/05/2020.

⁴⁷ Fonte: [NACAB](#). Acesso em 07/05/2020.

⁴⁸ Fonte: [Rádio Teixeira FM 87,9](#). Acesso em 28/05/2020.

⁴⁹ Fonte: [Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#). Acesso em 27/05/2020.





São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.6 Registros de Mídia ³⁷		
		<i>1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA". Segundo a mídia, a reunião se destinaria "a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes das atividades minerárias no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, situado na Zona da Mata mineira, e as reiteradas violações de direitos humanos dos atingidos pela mineração nos municípios da região."</i>





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

e) Marcio Henrique Almeida Coelho

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Marcio Henrique Almeida Coelho	
CPF	562.970.096-00	
Data de Nascimento	12/06/1968	
Posição	Sócio Com Capital	
Endereço	Avenida Eudaldo Lessa, 439, Apartamento 101, Popular, Cataguases - MG, CEP: 36.774-552	
Outros Endereços	Avenida Eudaldo Lessa, 439, Popular, Cataguases - MG, CEP: 36.774-552 Rua Altamiro Peixoto, 418, Apartamento 201, Haidee, Cataguases - MG, CEP: 36.774-100	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁵⁰
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	28/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	25/05/2020	Nada consta

⁵⁰ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta		Resultado
Lista de Sanções - OFAC	25/05/2020		Nada consta
Lista de Sanções - ONU	25/05/2020		Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia	25/05/2020		Nada consta
Lista de Sanções - França	25/05/2020		N/D ⁵¹
Offshore Leaks - ICIJ	25/05/2020		Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição		Cargo	Período
N/I	N/A		N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento		Vínculo
N/I	N/A	N/A		N/A

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵²							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

⁵¹ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 25/05/2020.

⁵² As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵²							
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ⁵³			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
LinkedIn ⁵⁴	1986 - 1988	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do LinkedIn reporta que Marcio Coelho teria realizado curso Eletrotécnico no Colégio Técnico Universitário - CTU - UFJF.
	2001 - 2006		Publicação do LinkedIn informa que Marcio Coelho teria se graduado bacharel em Direito no Instituto DOCTUM - Campus Leopoldina.
	03/2018 - atual		Publicação do LinkedIn informa que Marcio Coelho seria advogado no escritório Leonardo Rezende Advogados Associados.
Rádio Teixeira FM 87,9 ⁵⁵	12/08/2019	Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias da Rádio Teixeira FM 87,9 informa que Marcio Coelho estaria entre os advogados do Nacab - Núcleo de Assessoria as Comunidades Atingidas Por Barragens em ação civil pública movida "contra o

⁵³ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵⁴ Fonte: [LinkedIn](#). Acesso em 27/05/2020.

⁵⁵ Fonte: [Rádio Teixeira FM 87,9](#). Acesso em 28/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁵³

			<p><i>Estado de Minas Gerais e Zona da Mata Mineração S/A ao argumento que a segunda ré obteve autorização para exploração de minério de ferro nos Municípios de Teixeiras e Pedra do Anta. Ocorre que, mesmo tendo obtido a autorização de pesquisa e exploração, o segundo réu deixou de observar uma série de condições necessárias para que pudesse obter tais autorizações, pois não realizou audiência pública desrespeitando a legislação municipal, não informou a existência de nascentes e cursos d'água no estudo de impacto ambiental, que existem outros impactos que não foram indicados e em relação aos quais não foram apresentadas medidas mitigadoras, que existe conflito em relação ao uso da água e que não foram levados em consideração os contextos socioculturais das comunidades situadas não entorno do empreendimento."</i></p>
--	--	--	--



Belo Horizonte, 30 de junho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente à Luciano Marcos Pereira da Silva (“Luciano”), inscrito no CPF 802.425.296-15, Jornalista, Gerente da Gerência Agroecologia e Desenvolvimento Territorial na Assessoria Técnica Independente (“ATI”) da Região 3 – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (“NACAB”).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

LUCIANO MARCOS PEREIRA DA SILVA

JUNHO DE 2020



Building a better
working world

Número do documento: 20070618334305700000121981687

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334305700000121981687>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:43

Num. 123307184 - Pág. 124



26 de Junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte sùmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservará o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de Abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Luciano Marcos Pereira da Silva", ("Luciano Silva", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 802.425.296-15, e com relação a entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Josefina Pereira da Silva	Pessoa Física	N/I



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 28 de abril de 2020 a 12 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do <i>Target</i>
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Luciano Silva Josefina Pereira da Silva
Interações com agentes públicos ou administração pública		Luciano Silva Josefina Pereira da Silva
Parcerias com ATI em questão		Luciano Silva
Outras Parcerias		-
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		Josefina Pereira da Silva
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		Luciano Silva
Relação com Vale		-



4. RESULTADOS

a) Luciano Marcos Pereira da Silva

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Luciano Marcos Pereira da Silva	
CPF	802.425.296-15	
Data de Nascimento	07/10/1968	
Posição	Coordenador de Projetos e Equipes ¹	
Endereço	R. Livramento, 228 - BL 2 AP 303 - Alto dos Pinheiros, Belo Horizonte - MG, 30530-590	
Outros Endereços	R. Livramento, 252 - Alto dos Pinheiros, Belo Horizonte - MG, 30530-590 R. Livramento, 252 - Ap.102 - Alto dos Pinheiros, Belo Horizonte - MG, 30530-590 R. Livramento, 228 - AP 303 A - Alto dos Pinheiros, Belo Horizonte - MG, 30530-590 R. Luiz Ferreira de Souza, 77 - Ap. 301 - Conjunto Minas Caixa, Belo Horizonte - MG, 31615-685 R. Luiz Ferreira de Souza, 77 - Ap.201 - Conjunto Minas Caixa, Belo Horizonte - MG, 31615-685 R. Joaquim, Zenir Leite, 605 - Paraíso, Belo Horizonte - MG, 30270-420 R. Minduri, 492 - Santa Inês, Belo Horizonte - MG, 31080-270	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ²
Lanches Vovó Fina Ltda	02.408.620/0001-90	50,00%
Circulus - Logística e Reciclagem Ltda	33.397.040/0001-78	0,00%
Inovar - Educação Ambiental e Comunicação Ltda	15.111.275/0001-70	0,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	07/05/2020	N/D ³
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	26/05/2020	Nada Consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	07/05/2020	Nada Consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de	Ministério da Economia	07/05/2020	Nada Consta

¹ Informação fornecida para elaboração do relatório

² As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

³ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 802.425.296-15 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet."



4.2 Certificados			
Autuações			
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	07/05/2020	Nada Consta
Certidão de Débitos	IBAMA	07/05/2020	Nada Consta
Certidão de Embargos	IBAMA	07/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	07/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	07/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	07/05/2020	Nada Consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	07/05/2020	Nada Consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	07/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	07/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	07/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	07/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	07/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	07/05/2020	N/D ⁴	
Offshore Leaks - ICIJ	07/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente⁵				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	

⁴ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 25/05/2020.

⁵ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.4 Vínculos Políticos			
N/I	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente			
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo
N/I	N/A	N/A	N/A

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁶							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	02	N/A	N/A	N/A	N/A	02
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			01		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	5000396-40.2017.8.13.0362	15/08/2017	Direito Civil - Coisas - Penhor - Direitos e Títulos de Crédito	Outros Procedimentos de Jurisdição Voluntária	Requerente: Iran Lisboa Ribeiro Antonio 09465269662 Requerido: Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentavel - Insea, Luciano Marcos Pereira da Silva, Guilherme Romeros da Fonseca
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	5170962-66.2017.8.13.0024	30/11/2017	Direito Processual Civil e do Trabalho - Objetos de Cartas Precatórias/de Ordem - Citação	Carta Precatória Cível	Autor: Iran Lisboa Ribeiro Antonio 09465269662 Réu: Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentavel - Insea, Luciano Marcos Pereira da Silva, Guilherme Romeros da Fonseca

4.6 Registros de Mídia ⁸			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Solidarity Center ⁹	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal <i>Solidarity Center</i> disponibilizou livro sobre <i>Informal Workers</i> , no qual Luciano da Silva teria participado, tendo cedido entrevistas em nome do INSEA em 19 de setembro de 2012.
Escavador ¹⁰	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas	Publicação do portal de informações Escavador reporta que Luciano Marcos Pereira da Silva possuiria 04 processos indexados, sendo todos do estado de

⁷ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁸ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁹ Fonte: Solidarity Center. Acesso em 26/05/2020.

¹⁰ Fonte: Escavador. Acesso em 26/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
		e/ou atividades Parcerias com ATI em questão	Minas Gerais, sendo três deles processos de Execução Fiscal propostos pelo Município de Belo Horizonte, e um deles um Procedimento de Jurisdição Voluntária, no qual figuram no polo passivo Luciano da Silva, Guilherme Romeros da Fonseca e o INSEA e no polo ativo Iran Lisboa Ribeiro Antonio
Livrozilla ¹¹	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação de listagem de transparência do TCT - Ministério Público do Estado de Minas Gerais que foi disponibilizado pelo portal Livrozilla reporta que Luciano da Silva teria tido o objetivo de: "Cooperação técnica e operacional para o alcance dos objetivos do Projeto Reciclando Oportunidades no que diz respeito ao apoio a organizações de catadores de materiais recicláveis e à implementação da coleta seletiva de resíduos sólidos, bem como à fiscalização e ao acompanhamento do citado Projeto.
Prosas ¹²	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Prosas Cidadãos reporta dados de Luciano Marcos: "Sou jornalista e atua como dirigente de ONG, com foco na captação e mobilização de recursos voltados para organizações sociais." (sic).
INSEA ¹³	N/I	Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias da INSEA reporta que Luciano da Silva seria: "Diretor do Insea e Coordenação Executivo do ORIS"
Cadastro de Empresa ¹⁴	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação em portal Cadastro de empresa, reporta que Luciano da Silva seria sócio da lanchonete "Lanches Vovó Fina LTDA", com sede no Município de Januária/MG.
Assembleia de Minas Gerais ¹⁵	23/04/1997	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal Assembleia Legislativa de Minas Gerais reporta que Luciano da Silva teria participado da 15ª Reunião extraordinária da comissão de diretos e garantias fundamentais, onde teria representado a CIMI em prol dos povos indígenas.
Assembleia de Minas Gerais ¹⁶	18/04/2000	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal de notícias Assembleia Legislativa de Minas Gerais reporta que Luciano da Silva teria discursado em prol dos direitos dos povos indígenas e sobre a perseguição aos povos durante 500 anos, e teria representado o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

¹¹ Fonte: [Livrozilla](#). Acesso em 26/05/2020.

¹² Fonte: [Prosas](#). Acesso em 08/06/2020.

¹³ Fonte: [INSEA](#). Acesso em 08/06/2020.

¹⁴ Fonte: [Cadastro de empresa](#). Acesso em 08/06/2020.

¹⁵ Fonte: [Assembleia de Minas Gerais](#). Acesso em 26/05/2020.

¹⁶ Fonte: [Assembleia de Minas Gerais](#). Acesso em 26/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
Escavador ¹⁷	2007	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal de informações Escavador reporta que Luciano da Silva teria realizado um trabalho de conclusão de curso, com o seguinte tema: "Rádio FM Comunitária Caramuru - A voz indígena Pataxó HÃHÃHÃE na luta pela afirmação da identidade e direitos; 2007; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Jornalismo) - Centro Universitário de Belo Horizonte; Orientador: Maria Cristina Leite Peixoto;"
Repositório UFJF ¹⁸	2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal de Repositório da UFJF disponibilizou artigo sobre "IDENTIDADE E MILITÂNCIA NO CIMI: UM ESTUDO SOBRE A IDENTIDADE DOS MISSIONÁRIOS DO CIMI-LESTE", no qual Luciano da Silva teria participado, tendo cedido entrevistas via correio eletrônico em 26 de janeiro de 2009.
Pesquisa IOF MG ¹⁹	29/06/2010	Interações com agentes públicos ou administração pública Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de Pesquisa IOF MG reporta que Luciano da Silva teria requerido dotação orçamentária em prol de 02 projetos, sendo: Pelo Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - INSEA. Objeto: Implantação de programas de coleta seletiva com incorporação do trabalho de catadores de materiais recicláveis e atividades desenvolvidas pelo Fórum Estadual Lixo e Cidadania e também pelo Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - INSEA. Objeto: Cooperação institucional visando à realização do 9º Festival Lixo e Cidadania, a ser realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, de acordo com especificações e descrições constantes do Plano de Trabalho.
Arte e Educar ²⁰	16/08/2010	Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias Arte e Educar reporta que Luciano da Silva teria sido um dos apresentadores no 9º Festival do Lixo e Cidadania, representado como Diretor-Presidente do INSEA.
Instituto DH ²¹	10/2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal de notícias do Instituto DH reporta que Luciano da Silva teria participado da composição do corpo docente do curso de pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Direitos Humanos.
Docplayer ²²	2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades.	Publicação do portal DocPlayer reporta que Luciano da Silva teria participado de um artigo de Márcio Augusto Monteiro, sobre: "OS IMPACTOS DA OBRIGATORIEDADE DA COLETA SELETIVA SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS", como organizador.

¹⁷ Fonte: [Escavador](#). Acesso em 26/05/2020.

¹⁸ Fonte: [Repositório UFJF](#). Acesso em 26/05/2020.

¹⁹ Fonte: [Pesquisa IOF MG](#). Acesso em 26/05/2020.

²⁰ Fonte: [Arte e Educar](#). Acesso em 26/05/2020.

²¹ Fonte: [Instituto DH](#). Acesso em 26/05/2020.

²² Fonte: [Docplayer](#). Acesso em 26/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
Habitat ²³	06/2014	Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal Habitat, teria divulgado um boletim informativo no qual Luciano da Silva teria participado do projeto "Cataunidos: juntos por el reciclaje solidário (Belo Horizonte, Brasil)", no qual consta como sócio do INSEA e contato principal.
Rede Ambientação ²⁴	19/05/2015	Parcerias com ATI em questão	Publicação da portal Rede Ambientação reporta que Luciano da Silva teria participado da homenagem da Asmare Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável () ao programa "AmbientAÇÃO e FEAM "e: "O Diretor Presidente do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - INSEA, Luciano Marcos Pereira da Silva, frisou a importância da continuidade das parcerias, lembrou da luta e avanços das Cooperativas."
Associação Mineira de Municípios ²⁵	02/07/2015	Interações com agentes públicos ou administração pública Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal Associação Mineira de Municípios informa que Luciano da Silva, na qualidade de diretor do INSEA, teria participado do workshop - "A hora e a Vez da Coleta Seletiva" como um dos expositores convidados.
CMBH ²⁶	06/10/2015	Interações com agentes públicos ou administração pública Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias da Câmara Municipal de Belo Horizonte reporta que Luciano da Silva teria sido um dos convidados a participar do debate legislativo sobre Plano Municipal de resíduos sólidos.
INSEA ²⁷	23/10/2017	Interações com agentes públicos ou administração pública Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias da INSEA reporta que Luciano da Silva teria participado junto a Seila Dornelas (ORIS), Luiz Henrique (MNCR) e Antônio Coquito (Assessor de Comunicação INSEA) da recepção de Philippe Makany, o novo representante da Embaixada Francesa, em uma reunião na qual teriam reafirmado parceria com os catadores e a coleta seletiva solidária juntamente com a embaixada francesa, "Luciano Marcos deu boas-vindas a Phillipe, que estará à frente da cooperação da embaixada francesa nos próximos 04 (quatro anos). Na oportunidade, Luciano apresentou os trabalhos INSEA e a trajetória da entidade na ação direta de defesa e promoção da cidadania dos catadores de materiais recicláveis. O Diretor do INSEA ressaltou a importância da cooperação Brasil-França. "A Embaixada tem dado significativo apoio ao nos colocar em contato com pesquisadores, empresas e entidades no comprometimento com a gestão inclusiva dos resíduos, a economia solidária, as tecnologias sociais e as iniciativas de reduzir os impactos das mudanças climáticas", destacou."

²³ Fonte: [Habitat](#). Acesso em 26/05/2020.

²⁴ Fonte: [Rede Ambientação](#). Acesso em 08/06/2020.

²⁵ Fonte: [Associação Mineira de Municípios](#). Acesso em 09/06/2020.

²⁶ Fonte: [CMBH](#). Acesso em 26/05/2020.

²⁷ Fonte: [INSEA](#). Acesso em 08/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
Câmara Passos ²⁸	10/08/2018	Interações com agentes públicos ou administração pública Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias Câmara Passos/MG reporta que Luciano da Silva teria dado uma palestra na audiência pública convocada pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Câmara Municipal de Passos, em nome do INSEA.
Engenha Frank Web ²⁹	15/08/2018	Interações com agentes públicos ou administração pública Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias Frank e Sustentabilidade reporta que Luciano da Silva teria participado de audiência pública para Implantação de termos sustentáveis na área da Educação e Coleta seletiva na Câmara dos Vereadores de Passos - MG, em nome da INSEA.
Corporate Danone ³⁰	2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades. Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal Corporate da Danone reporta que Luciano da Silva teria sido um dos participantes do projeto Novo Ciclo pelo período de 07 anos e teria representado o INSEA.
INSEA ³¹	27/02/2019	Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias da INSEA reporta que Luciano da Silva teria participado da reunião para "apoio emergencial a catadores de Brumadinho", (a qual teria sido realizada no observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária (ORIS) e teria reunido técnicos pesquisadores e ativistas da reciclagem para auxiliar catadores da região atingida pelo rompimento de barragem da Vale.
Ponto Terra ³²	02/04/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal de notícias Ponto Terra reporta que Luciano da Silva teria estado presente na reunião de catadores de materiais recicláveis contra o fim do Centro de Referência de Resíduos, e discursado sobre a grande importância que a cadeia econômica de reciclagem tem para Minas Gerais, o mesmo teria palestrado em nome da Coordenação do Observatório de Reciclagem Inclusiva e Solidária.
INSEA ³³	03/06/2019	Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias da INSEA reporta que Luciano da Silva teria participado da composição do júri para seleção de empresas sociais para Brumadinho no II Concurso de Empresas Sociais da PUC Minas, que traça alternativas de desenvolvimento para território atingido pela mineração, juntamente com Osvaldo de Oliveira, coordenador da Graduação em "ADM" da Puc Minas, Marina Oliveira, relacionada a projetos de desenvolvimento, Cândida Vianna, psicóloga e moradora de Brumadinho.

²⁸ Fonte: [Câmara Passos](#). Acesso em 26/05/2020.

²⁹ Fonte: [Engenha Frank Web](#). Acesso em 26/05/2020.

³⁰ Fonte: [Corporate Danone](#). Acesso em 26/05/2020.

³¹ Fonte: [INSEA](#). Acesso em 08/06/2020.

³² Fonte: [Ponto Terra](#). Acesso em 26/05/2020.

³³ Fonte: [INSEA](#). Acesso em 08/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
MNCR ³⁴	18/09/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias MNCR reporta que Luciano da Silva teria participado da cerimônia da Prefeitura de Belo Horizonte que fez a entrega das chaves de caminhões e contratação de catadores para a prestação de serviços de coleta seletiva na cidade, seguindo a recomendação da política nacional de resíduos sólidos. Esteve presente o prefeito Alexandre Kalil que fez a entrega das chaves, para o diretor presidente do INSEA Luciano Marcos Silva: <i>"a contratação e pagamento dos serviços de coleta seletiva é um passo fundamental para garantir o reconhecimento dos catadores como prestadores de serviços da limpeza pública. "Um passo fundamental para garantir novos modelos sustentáveis das cidades, de fortalecimento do cooperativismo como meio de assegurar trabalho e renda, e maior consciência cidadã para o conjunto da sociedade. O exemplo de Belo Horizonte é inspirador para todo o Brasil", avalia. O INSEA atuou como parceiro e apoio técnico das cooperativas e associações ligadas à Rede Cataunidos, nos preparos e adequações para a contratação da SLU, juntamente com o Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária - ORIS."</i>
INSEA ³⁵	05/01/2020	Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias da INSEA reporta que Luciano da Silva teria participado da primeira reunião do Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária em 2020, que contou com dicas de Rhonda Douglas sobre estratégias de captação, onde debateram sobre os desafios e oportunidades para o ano, <i>"Luciano Marcos da Silva, da coordenação do ORIS e do INSEA, pontuou parcerias já em curso com a França, Alemanha, Inglaterra e Áustria, que vem promovendo importantes cooperações de trocas e conhecimentos. "Diante das dificuldades de nascimento, temos buscado fortalecer as parcerias e percorrer caminhos para a auto sustentabilidade, por meio do cooperativismo e da economia solidária. Nesse sentido, há muitas ideias e ações previstas para 2020. A luta continua!", anuncia."</i>

³⁴ Fonte: [MNCR](#). Acesso em 08/06/2020.

³⁵ Fonte: [INSEA](#). Acesso em 08/06/2020.



b) Josefina Pereira da Silva

4.6 Registros de Mídia ³⁶			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Fundação Banco do Brasil ³⁷	N/I	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação da Fundação Banco do Brasil reporta a Tabela dos beneficiários do programa Água Para Produzir ³⁸ , da Fundação Banco do Brasil em parceria com o BNDES, na qual, dentre os beneficiários, consta Josefina Pereira da Silva, CPF 058.136.586-02, residente em São João da Ponte/MG.
Diário Oficial de Minas Gerais ³⁹	15/05/2015	Mídias adversas	Publicação do Diário Oficial de Minas Gerais informa que Josefina Pereira da Silva, CPF 005.696.956-27, estaria na lista de contribuintes que teriam "a inscrição de seus nomes no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado - CADIN-MG, caso não haja a regularização da(s) respectiva(s) pendência(s) no prazo de 75 dias, contados a partir desta publicação, o que impedirá: a participação em licitações públicas; a obtenção de atestado de regularidade fiscal; e, a celebração de convênio de cooperação com entidades da Administração Pública Estadual".
Filiaweb ⁴⁰	2016	Interações com agentes públicos ou administração pública	Informação disponível na base de dados Filiaweb reporta relação dos filiados do Partido Social Democrata Cristão em Betim/MG em 2016, na qual consta Josefina Pereira da Silva, número de inscrição 043512530248, que se filiou em 19 de setembro de 2003.
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais ⁴¹	13/03/2018	Mídias adversas	Publicação do Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais informa sobre o cancelamento da inscrição eleitoral de Josefina Pereira da Silva, inscrição 046129940248, por motivo de óbito.
Tribunal Regional Eleitoral de Minas	08/02/2019	Mídias adversas	Publicação do Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais informa sobre o cancelamento da inscrição eleitoral de Josefina Pereira da Silva, inscrição 0944 1543 0299, por motivo de óbito.

³⁶ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³⁷ Fonte: [Fundação Banco do Brasil](#). Acesso 03/06/2020

³⁸ Fonte: [Fundação Banco do Brasil](#). Acesso em 03/06/2020

³⁹ Fonte: [Diário Oficial de Minas Gerais](#). Acesso em 03/06/2020

⁴⁰ Fonte: [Filiaweb](#). Acesso em 03/06/2020

⁴¹ Fonte: [Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais](#). Acesso em 03/06/2020



4.6 Registros de Mídia ³⁶			
Gerais ⁴²			
Tribunal de Justiça do Espírito Santo ⁴³	25/06/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Tribunal de Justiça do Espírito Santo reporta o processo 0002485-26.2018.8.08.0007 o qual Josefina Pereira da Silva consta como parte requerente e a Samarco Mineração S.A. como parte requerida.

⁴² Fonte: [Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais](#). Acesso em 03/06/2020

⁴³ Fonte: [Tribunal de Justiça do Espírito Santo](#). Acesso em 03/06/2020



Belo Horizonte, 22 de junho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Eloiza Soares Nascimento, CPF: 071.337.676-78, funcionária da equipe técnica multidisciplinar da AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social”.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

ELOIZA SOARES NASCIMENTO

JUNHO DE 2020



Building a better
working world

Número do documento: 20070618334305700000121981687

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334305700000121981687>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:43

Num. 123307184 - Pág. 145



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte sùmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservará o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.



Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8

Restrito e confidencial
PRELIMINAR - Sujeito a alteração e finalização
L2 - Versão 12



Número do documento: 20070618334305700000121981687
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334305700000121981687>
Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:43

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIações

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Eloiza Soares Nascimento", ("Eloiza Nascimento", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 071.337.676-78, e com relação aos seus sócios, diretores e/ou representantes (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Astro Vendas de Passagem Ltda.	Pessoa Jurídica	04.014.900/0001-49
Gislene Soares Oliveira ("Gislene Oliveira")	Pessoa Física	976.116.626-00
João Paulo Soares Nascimento ("João Nascimento")	Pessoa Física	062.093.576-60
José Junior Soares Nascimento ("José Nascimento")	Pessoa Física	071.339.316-56



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 12 de junho de 2020 e 19 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são proveniente de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do <i>Target</i>
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	-
Interações com agentes públicos ou administração pública		Eloiza Nascimento João Nascimento José Nascimento
Parcerias com ATI em questão		Eloiza Nascimento
Outras Parcerias		Eloiza Nascimento João Nascimento José Nascimento
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		Astro Vendas de Passagem LTDA Gislene Nascimento
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		Eloiza Nascimento Gislene Nascimento João Nascimento José Nascimento
Relação com Vale		-



4. RESULTADOS

a) Eloiza Soares Nascimento

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Eloiza Soares Nascimento	
CPF	071.337.676-78	
Data de Nascimento	11/11/1988	
Posição	Equipe Técnica Multidisciplinar - AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social	
Endereço	Rua da Agronomia, 270, Universitário, Montes Claros - MG. CEP: 39404-544	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ¹
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	N/D	N/D ²
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	18/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta

¹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

² Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 12/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta		Resultado
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - França	12/06/2020		Nada consta
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020		Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I ³	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ⁴				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁵				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A

³ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral". Acesso em 17/06/2020.

⁴ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁶							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	02
Justiça Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT	N/A			N/I			
CADE	N/A			N/I			
CVM	N/A			N/I			
TCU	N/A			N/I			

4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável) ⁸					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	01005 - 5075211-86.2016.8.13.0024	25/05/2016	N/I	N/I	Autor: Elmira Soares Nascimento Réu: Eloíza Soares Nascimento
Tribunal de Justiça Do	5037026-	22/03/2019	Direito Processual	Carta Precatória Cível	Autor: Elmira Soares Do Nascimento

⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁷ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁸ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável) ⁸					
Estado de Minas Gerais	71.2019.8.13.0024		Civil e do Trabalho - Objetos de Cartas Precatórias/de Ordem - Citação	(261)	Réu: Marília Soares Nascimento Réu: Eloiza Soares Nascimento Réu: José Júnior Soares Nascimento

4.6 Registros de Mídia ⁹			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Universidade Federal de Minas Gerais ¹⁰	20/02/2009	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação da Universidade Federal de Minas Gerais reporta que Eloiza Nascimento foi convocada na segunda chamada do vestibular de 2009 para o curso de Engenharia Florestal.
Universidade Federal de Minas Gerais ¹¹	2012	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação da Universidade Federal de Minas Gerais reporta que Eloiza Nascimento foi selecionada para "Bolsa de Acesso a Material Acadêmico" no segundo semestre de 2012.
Universidade Federal de Minas Gerais ¹²	2012	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação da Universidade Federal de Minas Gerais reporta que Eloiza Nascimento foi selecionada para "Bolsa de Manutenção Baeta Vianna".
Universidade Federal de Santa Catarina ¹³	22/09/2015	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação da Universidade Federal de Santa Catarina reporta que Eloiza Nascimento foi aprovada no "Processo Seletivo do Mestrado Profissional em Agroecossistemas" no ano de 2015
Universidade Federal de Santa Catarina ¹⁴	2018	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação da Universidade Federal de Santa Catarina reporta a dissertação de Eloiza Nascimento, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Agroecossistemas.
Brasil de Fato ¹⁵	2018	Outras Parcerias	Publicação na revista Brasil de Fato informa que, Eloiza Nascimento, através de seu cargo de Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Camposa (COOPERTRAC), convocou uma Assembleia Geral

⁹ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

¹⁰ Fonte: [Universidade Federal de Minas Gerais](#). Acesso: 17/06/2020

¹¹ Fonte: [Universidade Federal de Minas Gerais](#). Acesso: 17/06/2020

¹² Fonte: [Universidade Federal de Minas Gerais](#). Acesso: 17/06/2020

¹³ Fonte: [Universidade Federal de Santa Catarina](#). Acesso: 17/06/2020

¹⁴ Fonte: [Universidade Federal de Santa Catarina](#). Acesso: 17/06/2020

¹⁵ Fonte: [Brasil de Fato](#). Acesso: 17/06/2020



4.6 Registros de Mídia ⁹			
			Extraordinária que seria realizada em 28 de março de 2018.
Escavador ¹⁶	12/06/2018	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação no Escavador, retirada do Diário Oficial do Estado de Minas Gerais de 12 de junho de 2018, informa que Eloiza Nascimento foi designada para o cargo de Gestora da Secretaria Adjunta de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania.
Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania ¹⁷	30/10/2018	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação do Diário Oficial do Estado de Minas Gerais de 30 de outubro de 2018, informa que Eloiza Nascimento foi suplente da servidora Ana Amélia Penido Oliveira na Comissão de Avaliação de Desempenho Individual da Secretaria Adjunta de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania.
Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ¹⁸	28/11/2019	Parcerias com ATI em questão	Publicação do Ministério Público de Minas Gerais reporta que Eloiza Nascimento teria participado de audiência referente a cinco processos que tem a Vale como ré.
Versalários ¹⁹	17/06/2020	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Dados disponíveis no site "versalários", informa que Eloiza Nascimento estaria cumprindo uma jornada de 40 horas semanais na Diretoria do Observatório de Direitos Humanos na Secretaria de Estado de Direitos Humanos Participação Social e Cidadania do Governo de Minas Gerais.

¹⁶ Fonte: [Escavador](#). Acesso: 17/06/2020

¹⁷ Fonte: [Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania](#). Acesso: 17/06/2020

¹⁸ Fonte: [Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais](#). Acesso: 17/06/2020

¹⁹ Fonte: [Versalários](#). Acesso: 17/06/2020



b) Astro Vendas de Passagem Ltda.

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Astro Vendas de Passagem Ltda.		
Nome Fantasia	N/I		
CNPJ	04.014.900/0001-49		
Natureza Jurídica	Sociedade Empresária Limitada		
CNAE Primário	52290		
CNAE Secundário	N/I		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	15/08/2000		
Endereço	AVENIDA RIO BAHIA, 1063 - A CENTRO ITAOBIM - MG 39625-000		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website ²⁰	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ²¹	Função/Cargo
Gislene Soares Oliveira	976.116.626-00	50%	Sócio-Administrador
João Paulo Soares Nascimento	062.093.576-60	50%	Sócio
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ²²	
N/I	N/I	N/I	

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	12/06/2020	Nada consta

²⁰ A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 12/06/2020.

²¹ O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

²² As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.2 Certificados			
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/A ²³
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos
Doações Eleitorais

²³ A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional.



4.4 Vínculos Políticos				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ²⁴				
Pessoa Exposta Politicamente		CPF	Relacionamento	Vínculo
N/I		N/A	N/A	N/A

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²⁵							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/D ²⁶	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/D ²⁷	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT	N/A			N/I			
CADE	N/A			N/I			
CVM	N/A			N/I			

²⁴ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁶ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 12/06/2020.

²⁷ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 12/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²⁵		
TCU	N/A	N/I

4.5.1 Processos Judiciais ²⁸ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ²⁹			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) ³⁰	21/06/2013	Mídias adversas	A Empresa Astro Vendas de Passagem LTDA. consta na lista das empresas canceladas em 21/06/2013 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

²⁸ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁹ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³⁰ Fonte: [Junta Comercial do Estado de Minas Gerais \(JUCEMG\)](http://Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG)). Acesso: 17/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

c) Gislene Soares Oliveira

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Gislene Soares Oliveira	
CPF	976.116.626-00	
Data de Nascimento	08/04/1959	
Posição	Mãe de Eloiza Soares Nascimento	
Endereço	Rua Rio Grande do Sul, 101, Barro Preto, Belo Horizonte - MG, CEP: 30170-110	
Outros Endereços	Rua Rio Grande do Sul, 792, Apartamento 302, Belo Horizonte - MG, CEP: 30170-110	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ³¹
ASTRO VENDAS DE PASSAGEM LTDA ³²	04.014.900/0001-49	50%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	12/06/2020	N/D ³³
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	18/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta

³¹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

³² Em pesquisa junto a Receita Federal, a empresa Astro Vendas de Passagem Ltda encontra-se baixada, desde 06/05/2014. Acesso em 18/06/2020.

³³ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 12/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I ³⁴	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ³⁵				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ³⁶				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

³⁴ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral". Acesso em 17/06/2020.

³⁵ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³⁶ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ³⁷							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	09	N/A	N/A	N/A	N/A	09
Justiça Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/D ³⁸	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

4.5.1 Processos Judiciais ³⁹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0006386.63.2002.8.13.0414	N/I	N/I	N/I	Inventariante: Gislene Soares Oliveira; Inventariado: Espólio de José Adão Jardim Nascimento
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0023561-36.2003.8.13.0414	N/I	N/I	N/I	Apelante: Elmira Soares Nascimento; Apelado: Sebastião Alves Silveira Interessado: João Paulo Soares Nascimento

³⁷ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³⁸ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 12/06/2020.

³⁹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais ³⁹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
					Interessado: Gislene Soares Oliveira
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0007411-04.2013.8.13.0034	31/01/2013	Atos Processuais / Direito Processual Civil E Do Trabalho	Carta Precatória Cível	Ativa: Gislene Soares Oliveira Passiva: Espolio De Jose Adao Jardim Nascimento Outro: Gledson Goncalves Jardim
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0723000-25.2013.8.13.0024	01/02/2013	Intimação	Carta Precatória Cível	Ativa: Gislene Soares Oliveira Passiva: Espolio De Jose Adao Jardim Nascimento
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0022752-94.2013.8.13.0414	05/08/2013	Citação	Carta Precatória Cível	Ativa: Ministério Público Do Estado De Minas Gerais Passiva: Gislene Soares Oliveira
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0043083-39.2014.8.13.0034	06/10/2014	Liquidação / Cumprimento / Execução / Processual Civil / Obrigação De Fazer / Não Fazer	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	Ativa: Eustaquio Soares De Oliveira Passiva: Gislene Soares De Oliveira Outro: Joel Soares Magalhaes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	6085650-76.2015.8.13.0024	11/09/2015	Direito Processual Civil e do Trabalho - Objetos de Cartas Precatórias/de Ordem - Citação	Carta Precatória Cível (261)	Autor: Ministério Público Do Estado De Minas Gerais Réu: Gislene Soares Oliveira
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	00004 - 0001692.31.2019.8.13.0034	15/01/2019	N/I	N/I	Representante: Gislene Soares Oliveira; Representado: Joel Soares Magalhães
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	312-72.2020.8.13.0414	04/02/2020	Direito Processual Civil e do Trabalho - Objetos de Cartas Precatórias/de Ordem - Citação	Carta Precatória Cível (261)	Autor: Ministério Público Do Estado De Minas Gerais Réu: Gislene Soares Oliveira

4.6 Registros de Mídia ⁴⁰			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Ministério Público de Minas Gerais ⁴¹	24/10/2012	Mídias adversas	"Inquérito Civil nº MPMG-0034.12.000661-3, instaurado em 22/10/2012. Assunto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Representante(s): VEREADORES DO

⁴⁰ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴¹ Fonte: [Ministério Público de Minas Gerais](http://www.mpb.org.br). Acesso: 17/06/2020.





São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.6 Registros de Mídia ⁴⁰			
			<i>MUNICÍPIO DE PONTO DOS VOLANTES. Representado(s): GISLENE SOARES OLIVEIRA."</i>



d) Joao Paulo Soares Nascimento

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Joao Paulo Soares Nascimento	
CPF	062.093.576-60	
Data de Nascimento	30/11/1983	
Posição	Irmão de Eloiza Soares Nascimento	
Endereço	Rua Castelo Lamego, 453, Apartamento 301, Castelo, Belo Horizonte - MG, CEP: 31330-130	
Outros Endereços	Rua Bento, 1322, Franciscanos, Juazeiro do Norte - CE, CEP: 63020-050 Rua Venezuela, 1472, Apartamento 1, Nova Porto Velho - RO, CEP: 76820-140	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁴²
ASTRO VENDAS DE PASSAGEM LTDA ⁴³	04.014.900/0001-49	50%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	12/06/2020	N/D ⁴⁴
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	18/06/2020	Nada consta ⁴⁵
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado

⁴² As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

⁴³ Em pesquisa junto a Receita Federal, a empresa Astro Vendas de Passagem Ltda encontra-se baixada, desde 06/05/2014. Acesso em 18/06/2020.

⁴⁴ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 12/06/2020.

⁴⁵ A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda Estadual de Rondônia apresentou que não constam débitos. Não foi possível realizar a consulta na Secretaria da Fazenda Estadual do Ceará e de Minas Gerais, devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 18/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I ⁴⁶	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ⁴⁷				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁴⁸				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

⁴⁶ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral". Acesso em 17/06/2020.

⁴⁷ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴⁸ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁴⁹							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais Rondônia	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	04
Justiça Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/D ⁵⁰	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		02			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

4.5.1 Processos Judiciais ⁵¹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0023561-36.2003.8.13.0414	N/I	N/I	N/I	Apelante: Elmira Soares Nascimento; Apelado: Sebastião Alves Silveira Interessado: João Paulo Soares Nascimento Interessado: Gislene Soares Oliveira

⁴⁹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵⁰ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 12/06/2020.

⁵¹ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais ⁵¹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública	7002830-95.2018.8.22.0001	26/01/2018	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público - Servidor Público Civil - Sistema Remuneratório E Benefícios - Adicional De Periculosidade	Procedimento Do Juizado Especial Cível (436)	Requerente: Joao Paulo Soares Nascimento Requerido: Estado De Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública	7005638-73.2018.8.22.0001	16/02/2018	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público - Servidor Público Civil - Sistema Remuneratório E Benefícios - Adicional De Periculosidade	Procedimento Do Juizado Especial Cível (436)	Requerente: Joao Paulo Soares Nascimento Requerido: Estado De Rondônia
Porto Velho - 1º Vara de Execuções Fiscais	7010926-65.2019.8.22.0001	25/03/2019	Direito Processual Civil e do Trabalho - Objetos De Cartas Precatórias/De Ordem - Citação	Carta Precatória Cível (261)	Deprecante: Elmira Soares Nascimento Deprecado: Sebastião Alves Silveira Deprecado: João Paulo Soares Nascimento

4.6 Registros de Mídia ⁵²			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas ⁵³	N/I	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas reporta que João Nascimento foi aprovado no concurso para o cargo de Enfermeiro.

⁵² A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵³ Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Acesso: 17/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁵²			
Lattes ⁵⁴	2005	Outras Parcerias	Publicação no Lattes reporta que João Nascimento cursou a graduação de Enfermagem na Faculdade da Saúde e Ecologia Humana (FASEH).
Ministério Da Defesa ⁵⁵	16/04/2009	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação do Ministério da Defesa reporta que João Nascimento foi aprovado no concurso do Hospital das Forças Armadas para o cargo de Enfermeiro.
Governo do Estado de Rondônia ⁵⁶	21/09/2009	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação da Secretaria de Estado da Administração do Governo de Rondônia reporta que João Nascimento foi aprovado no concurso Público Estadual EDITAL N. 388/GDRH/SEAD para o cargo de Enfermeiro.
Fundação Mariana Resende Costa ⁵⁷	2010	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação da Fundação Mariana Resende Costa (FUMARC) reporta que João Nascimento foi aprovado para o cargo de Enfermeiro no concurso Público da Prefeitura Municipal de Mariana - Edital 01/2010.
Prefeitura do Município de Porto Velho ⁵⁸	24/02/2012	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação da Prefeitura do Município de Porto Velho reporta que João Nascimento foi aprovado para o cargo de Enfermeiro, no concurso Público da Prefeitura Municipal de Porto Velho - Nº 009/2012.
Diário Oficial do Estado de Rondônia ⁵⁹	16/01/2015	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação do Governo do Estado de Rondônia reporta João Nascimento foi aprovado para o cargo de Enfermeiro no concurso Público Estadual - EDITAL N. 137/GDRH/SEAD, de julho de 2014.
Governo do Estado de Rondônia ⁶⁰	19/03/2015	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação do Governo do Estado de Rondônia convoca João Nascimento para perícia médica e posse do cargo de Enfermeiro no concurso Público Estadual - N. 069/GDRH/SEARH.
Diário Oficial de Rondônia ⁶¹	25/03/2020	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação no Diário Oficial de Rondônia indica que João Nascimento faz parte do grupo de servidores Hospital Estadual de Pronto Socorro João Paulo II.

⁵⁴ Fonte: [Lattes](#). Acesso: 17/06/2020.

⁵⁵ Fonte: [Ministério da Defesa](#). Acesso: 17/06/2020.

⁵⁶ Fonte: [Governo do Estado de Rondônia](#). Acesso: 17/06/2020.

⁵⁷ Fonte: [Fundação Mariana Resende Costa](#). Acesso: 17/06/2020.

⁵⁸ Fonte: [Prefeitura do Município de Porto Velho](#). Acesso: 17/06/2020.

⁵⁹ Fonte: [Diário Oficial do Estado de Rondônia](#). Acesso: 17/06/2020.

⁶⁰ Fonte: [Rondoniagora](#). Acesso: 17/06/2020.

⁶¹ Fonte: [Diário Oficial do Estado de Rondônia](#). Acesso: 17/06/2020.



e) Jose Junior Soares Nascimento

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	José Junior Soares Nascimento	
CPF	071.339.316-56	
Data de Nascimento	30/11/1992	
Posição	Irmão de Eloiza Soares Nascimento	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁶²
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/A ⁶³
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta

⁶² As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

⁶³ A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional.



4.3 Bases de Conformidade			
Improbidade Administrativa e Inelegibilidade			
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I ⁶⁴	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente⁶⁵				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente⁶⁶				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

⁶⁴ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral". Acesso em 17/06/2020.

⁶⁵ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶⁶ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁶⁷							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	02
Justiça Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/D ⁶⁸	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

4.5.1 Processos Judiciais ⁶⁹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça Do Estado de Minas Gerais	0014209-53.2016.8.13.0461	30/05/2016	OBJETOS DE CARTAS PRECATORIAS/DE ORDEM / INTIMACAO /	Carta Precatória Cível (261)	Ativa: Elmira Soares Do Nascimento Passiva: José Júnior Soares Nascimento

⁶⁷ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target*

em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶⁸ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 12/06/2020.

⁶⁹ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais ⁶⁹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
			PROCESSIONAL CIVIL		
Tribunal de Justiça Do Estado de Minas Gerais	5037026-71.2019.8.13.0024	22/03/2019	Direito Processual Civil e do Trabalho - Objetos de Cartas Precatórias/de Ordem - Citação	Carta Precatória Cível (261)	Autor: Elmira Soares Do Nascimento Réu: Marília Soares Nascimento Réu: Eloiza Soares Nascimento Réu: José Júnior Soares Nascimento

4.6 Registros de Mídia ⁷⁰			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Lattes ⁷¹	2011 - 2017	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação no Lattes reporta que José Nascimento cursou Graduação em Química Industrial na Universidade Federal de Ouro Preto.
	2012 - 2012	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação no Lattes reporta que José Nascimento foi voluntário no projeto de Monitoramento de biorreatores anaeróbios de membrana submersa (SAMBRS) com e sem carvão ativado para o tratamento de efluentes de indústria têxtil, da Universidade Federal de Ouro Preto, cumprindo uma carga horária de 12 horas semanais.
	2012 - 2013	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação no Lattes reporta que José Nascimento realizou iniciação científica e foi bolsista na Universidade Federal de Outo Preto, cumprindo uma carga horária de 20 horas semanais.
	2013 - 2015	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação no Lattes reporta que José Nascimento cursou Graduação em Ciências Farmacêuticas/Ciências Forenses no Institute of Technology Tralee, ITT, na Irlanda.
	2016 - 2016	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação no Lattes reporta que José Nascimento realizou estágio no Serviço Municipal de Água e Esgoto de Ouro Preto (SEMAE - OP), cumprindo uma carga horária de 20 horas semanais.

⁷⁰ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁷¹ Fonte: [Lattes](#). Acesso: 17/06/2020



Belo Horizonte, 22 de junho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Heiza Maria Dias de Sousa Pinto Aguiar, CPF: 033.524.363-04, coordenadora institucional da AEDAS.”

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

HEIZA MARIA DIAS DE SOUSA PINHO AGUIAR

JUNHO DE 2020



Building a better
working world

Número do documento: 20070618334305700000121981687

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334305700000121981687>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:43

Num. 123307184 - Pág. 178



19 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservará o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norteamericano





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar – Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Heiza Maria Dias de Sousa Pinho Aguiar", ("Heiza Aguiar", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 033.524.363-04, e com relação a entidades e/ou familiares a ela relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Elenita Maria Dias de Sousa Aguiar ("Elenita Aguiar")	Pessoa Física	239.461.993-72
Heiber Luis Dias de Sousa Pinho Aguiar ("Heiber Aguiar")	Pessoa Física	038.080.593-62
labvaldo Pinho de Aguiar ("labvaldo Aguiar")	Pessoa Física	200.356.673-20



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 01 de junho de 2020 a 17 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do <i>Target</i>
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	labvaldo Aguiar
Filiação partidária	4.4	Heiza Aguiar
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Heiza Aguiar Elenita Aguiar Heiber Aguiar
Interações com agentes públicos ou administração pública		Heiza Aguiar Elenita Aguiar Heiber Aguiar
Parcerias com ATI em questão		-
Outras Parcerias		-
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		labvaldo Aguiar
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	labvaldo Aguiar
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		Heiber Aguiar labvaldo Aguiar
Relação com Vale		-



4. RESULTADOS

a) Heiza Maria Dias de Sousa Pinho Aguiar

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Heiza Maria Dias de Sousa Pinho Aguiar	
CPF	033.524.363-04	
Data de Nascimento	15/09/1986	
Posição	Equipe com caráter colaborativo - AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ¹
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	05/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/A ²
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	05/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	05/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	05/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	05/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	05/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	05/06/2020	Nada consta

¹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

² A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	05/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	05/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	05/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	05/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	05/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta		Resultado
Lista de Sanções - OFAC	05/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - ONU	05/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia	05/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - França	05/06/2020		Nada consta
Offshore Leaks - ICIJ	05/06/2020		Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
PSOL	09/04/2013	Teresina	PI	Regular
Pessoa Exposta Politicamente ³				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁴				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

³ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ⁶ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia ⁷			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Lattes ⁸	2006 - 2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Heiza Aguiar possui graduação em Direito pela Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Brasil. Última atualização em 14/10/2015.
	2007 - 2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Heiza Aguiar teria sido membra do "PROJETO CORAGE" na Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Brasil. Carga horária: 10. Última atualização em 14/10/2015.
	2009 - 2009	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Heiza Aguiar teria sido estagiária do Juizado Especial Cível e Criminal do Redonda, JECC, Brasil. Carga horária: 10. Última atualização em 14/10/2015.
	2009 - 2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Heiza Aguiar teria sido Conselheira - Representante Estudantil da Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Brasil, sob o vínculo "CEPEX / CONSUN", Carga horária: 5. Última atualização em 14/10/2015.
	2010 - 2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Heiza Aguiar teria sido estagiária do Juizado Especial Cível e Criminal do Redonda, JECC, Brasil. Carga horária: 10. Última atualização em 14/10/2015.
	2010 - 2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Heiza Aguiar teria sido estagiária da Defensoria Pública do Estado do Piauí, DPE - PI, Brasil. Carga horária: 20. Última atualização em 14/10/2015.
	2012 - 2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Heiza Aguiar possui Especialização em Educação Popular, Direitos Humanos e Mov. Sociais pela Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Brasil.
	2013 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Heiza Aguiar seria Advogada, sob o vínculo profissional liberal, atuando "principalmente nas áreas de Família, Consumidor, Civil (contratos, responsabilidade civil, direitos reais) e ações constitucionais". Carga horária: 20. Última atualização em 14/10/2015.
	2014 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas	Publicação do Lattes reporta que Heiza Aguiar seria advogada na Assessoria Técnica Popular em Dir. Humanos - Coletivo Antônia Flor, CAF, Brasil, sob o

⁷ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁸ Fonte: Lattes. Acesso em 09/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁷			
		e/ou atividades	vínculo de associada. Carga horária: 20. Última atualização em 14/10/2015.
	2014 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Heiza Aguiar teria vínculo profissional com a Universidade Federal do Piauí, UFPI, Brasil. Não constam informações sobre o tipo de vínculo, enquadramento funcional e carga horária. Última atualização em 14/10/2015.
	2015 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Heiza Aguiar seria presidente da Assessoria Técnica Popular em Dir. Humanos - Coletivo Antônia Flor, CAF, Brasil, sob o vínculo de associada. Carga horária: 20. Última atualização em 14/10/2015.
Diário da Justiça do Estado do Piauí ⁹	11/12/2008	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no Diário da Justiça do Estado do Piauí informa sobre o deferimento de inscrição de Heiza Aguiar para o cargo de estagiária para a Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí.
Universidade Estadual do Piauí ¹⁰	08/11/2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da Universidade Estadual do Piauí reporta que Heiza Aguiar teria sido uma das colaboradoras dos anais do "XIII Simpósio de Produção Científica & XII Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Piauí".
Universidade Federal do Piauí ¹¹	13/01/2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da Universidade Federal do Piauí reporta a homologação da candidatura de Heiza Aguiar para o cargo de professor substituto da Universidade na área de Ciências Sociais.
Fundo do Brasil de Direitos Humanos ¹²	07/04/2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Fundo do Brasil de Direitos Humanos reporta que Heiza Aguiar teria sido uma das participantes "Grupo de Estudo Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Piauí e Coletivo Antônia Flor".
Sindicato dos trabalhadores do Poder Judiciário na	15/04/2016	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Sindicato dos trabalhadores do Poder Judiciário na Bahia reporta que Heiza Aguiar seria uma das signatárias à "nota de repúdio ao Projeto de Lei Municipal de Teresina Nº 20/2016 da vereadora Cida Santiago", o qual "determina que fica proibida a distribuição, utilização, exposição, apresentação, recomendação, indicação e divulgação de livros, publicações, projetos,

⁹ Fonte: [Diário de Justiça do Estado do Piauí](#). Acesso em 11/06/2020.

¹⁰ Fonte: [Universidade Estadual do Piauí](#). Acesso em 11/06/2020.

¹¹ Fonte: [Universidade Federal do Piauí](#). Acesso em 11/06/2020.

¹² Fonte: [Fundo do Brasil de Direitos Humanos](#). Acesso em 11/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁷			
Bahia ¹³			<i>palestras, folders, cartazes, filmes, vídeos, faixas ou qualquer tipo de material, lúdico, didático ou paradidático, físico ou digital contendo manifestação da ideologia de gênero nos estabelecimentos de ensino público municipal da cidade de Teresina</i> ".
Universidade Federal do Piauí ¹⁴	23/02/2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação da Universidade Federal do Piauí reporta que Heiza Aguiar teria sido uma das colaboradoras dos anais do "V SEMINÁRIO DE EXTENSÃO E CULTURA" da Universidade.
Universidade Federal do Piauí ¹⁵	2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação da Universidade Federal do Piauí reporta que Heiza Aguiar teria sido autora de um dos artigos publicados pela "Revista Extensão e Cultura da UFPI".
Universidade de Brasília ¹⁶	2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da Universidade de Brasília reporta a dissertação de Heiza Aguiar, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito.
Ministério Público de Minas Gerais ¹⁷	17/10/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Ministério Público de Minas Gerais reporta que Heiza Aguiar teria participado de audiência referente a cinco processos que tem a Vale como ré.
Ministério Público de Minas Gerais ¹⁸	24/10/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Ministério Público de Minas Gerais reporta que Heiza Aguiar teria participado de audiência referente a cinco processos que tem a Vale como ré.

¹³ Fonte: [Sindicato dos trabalhadores do Poder Judiciário na Bahia](#). Acesso em 11/06/2020.

¹⁴ Fonte: [Universidade Federal do Piauí](#). Acesso em 11/06/2020.

¹⁵ Fonte: [Universidade Federal do Piauí](#). Acesso em 11/06/2020.

¹⁶ Fonte: [Universidade de Brasília](#). Acesso em 11/06/2020.

¹⁷ Fonte: [Ministério Público de Minas Gerais](#). Acesso em 11/06/2020.

¹⁸ Fonte: [Ministério Público de Minas Gerais](#). Acesso em 11/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

b) Elenita Maria Dias de Sousa Aguiar

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Elenita Maria Dias de Sousa Aguiar	
CPF	239.461.993-72	
Data de Nascimento	15/10/1960	
Posição	Mãe de Heiza Maria Dias de Sousa Pinho Aguiar	
Endereço	Rua Areolino de Abreu, 1507, Centro, Teresina - PI, CEP: 64.000-180	
Outros Endereços	Rua Berilo Mota, Sem Número, Itararé, Teresina - PI, CEP: 64.078-213 Rua Berilo Mota, 2, Quadra 55, Casa 2, Itararé, Teresina - PI, CEP: 64.078-213 Rua Joao Cabral, 1, Acarape, Teresina - PI, CEP: 64.002-095 Rua Joao Cabral, 2560, Apartamento 306 Condomínio Pirajá, Acarape, Teresina - PI, CEP: 64.002-900	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ¹⁹
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	11/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	14/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta

¹⁹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	10/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	10/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	10/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D ²⁰	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ²¹				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ²²				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

²⁰ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral". Acesso em 10/06/2020.

²¹ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²² A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²³							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Piauí	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Piauí	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	22ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Piauí	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ²⁴	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

4.5.1 Processos Judiciais ²⁵ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

²³ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁴ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 11/06/2020.

²⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia ²⁶			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Lattes ²⁷	1986 - 1994	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Elenita Aguiar possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí, UESPI, Brasil. Última atualização em 15/05/2016.
	1993 - 1997	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no Lattes reporta que Elenita Aguiar teria sido professora/coordenadora no Educandário Santa Teresinha, EST, Brasil, sob o vínculo de celetista. Carga horária: 20. Última atualização em 15/05/2016.
	1994 - 2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no Lattes reporta que Elenita Aguiar teria sido servidora pública na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teresina, SEMEC, Brasil, sendo "exonerado (por solicitação)". Carga horária: 40. Última atualização em 15/05/2016.
	2000 - 2002	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no Lattes reporta que Elenita Aguiar realizou especialização em Avaliação Educacional na Universidade Federal do Piauí, UFPI, Brasil,
	2002 - 2002	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Elenita Aguiar teria prestado serviços como professora para a Humana - Seleção, Treinamento, Consultoria e Serviços, HUMANA, Brasil. Carga horária: 20. Última atualização em 15/05/2016.
	2002 - 2002	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Elenita Aguiar teria prestado serviços de coordenação técnico pedagógica para a Humana - Seleção, Treinamento, Consultoria e Serviços, HUMANA, Brasil. Carga horária: 20. Última atualização em 15/05/2016.
	2003 - 2003	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Elenita Aguiar teria prestado serviços de coordenação pedagógica para a Fundação José Elias Tajara, FUNDAÇÃO JET, Brasil. Carga horária: 20. Última atualização em 15/05/2016.
	2004 - 2004	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Elenita Aguiar teria prestado serviços de coordenação pedagógica para a Fundação José Elias Tajara, FUNDAÇÃO JET, Brasil. Carga horária: 20. Última atualização em 15/05/2016.
	2004 - 2006	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Elenita Aguiar teria sido Professora provisória na Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Brasil, sob o vínculo de servidora pública. Regime: Dedicção exclusiva. Última atualização em 15/05/2016.
	2005 - 2005	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no Lattes reporta que Elenita Aguiar teria sido Professora na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teresina, SEMEC, Brasil, sob o vínculo de servidora pública. Carga horária: 40. Última atualização em 15/05/2016.

²⁶ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁷ Fonte: Lattes. Acesso em 09/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ²⁶

	2005 - 2005	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Elenita Aguiar teria prestado serviços de coordenação para a Humana - Seleção, Treinamento, Consultoria e Serviços, HUMANA, Brasil. Carga horária: 20. Última atualização em 15/05/2016.
	2005 - 2005	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Elenita Aguiar teria prestado serviços de elaboração e correção de itens para a Humana - Seleção, Treinamento, Consultoria e Serviços, HUMANA, Brasil. Carga horária: 20. Última atualização em 15/05/2016.
	2005 - 2005	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Elenita Aguiar teria prestado serviços de correção de redações para a Humana - Seleção, Treinamento, Consultoria e Serviços, HUMANA, Brasil. Carga horária: 20. Última atualização em 15/05/2016.
	2005 - 2005	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Elenita Aguiar teria prestado serviços de elaboração de itens para a Humana - Seleção, Treinamento, Consultoria e Serviços, HUMANA, Brasil. Carga horária: 20. Última atualização em 15/05/2016.
	2006 - 2009	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Elenita Aguiar possui Mestrado em educação pela Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil.
	2006 - 2009	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Elenita Aguiar teria sido Professora Efetiva - Auxiliar I na Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Brasil, sob o vínculo de servidora pública. Carga horária: 40. Última atualização em 15/05/2016.
	2009 - 2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Elenita Aguiar teria sido Professora Efetiva - Assistente I na Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Brasil, sob o vínculo de servidora pública. Carga horária: 40. Última atualização em 15/05/2016.
	2011 - 2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Elenita Aguiar teria sido Professora DE - Assistente I na Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Brasil, sob o vínculo de servidora pública. Regime: Dedicção exclusiva. Última atualização em 15/05/2016.
	2012 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Elenita Aguiar seria Professora DE - Assistente II na Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Brasil. Regime: Dedicção exclusiva. Última atualização em 15/05/2016.
	2013 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Elenita Aguiar seria Docente na Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Brasil, sob o vínculo de servidora pública. Regime: Dedicção exclusiva. Última atualização em 15/05/2016.



4.6 Registros de Mídia ²⁶			
Doczz ²⁸	2005	Interações com agentes públicos ou administração pública Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Doczz reporta o Diário Oficial do Poder Executivo do Estado do Maranhão no qual Elenita Aguiar teria sido convocada para apresentação de títulos, referente ao concurso público da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Maranhão, para os cargos de Professor e Supervisor Escolar.
Diário Oficial do Município de Teresina ²⁹	16/03/2007	Interações com agentes públicos ou administração pública Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Diário Oficial do Município de Teresina reporta que Elenita Aguiar seria "servidora pública municipal (...) ocupante do cargo de Professor, Classe "E", Nível "03", matrícula nº 11339-7", lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC, regime 40 horas".
Universidade Federal do Ceará ³⁰	2009	Interações com agentes públicos ou administração pública Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da Universidade Federal do Ceará reporta a dissertação de Elenita Aguiar, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação.
Universidade Estadual do Piauí ³¹	2011	Interações com agentes públicos ou administração pública Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da Universidade Estadual do Piauí reporta que Elenita Aguiar teria sido uma das colaboradoras do "Plano De Desenvolvimento Institucional 2012 - 2016" da Universidade.
Universidade Estadual do Piauí ³²	2012	Interações com agentes públicos ou administração pública Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da Universidade Estadual do Piauí reporta que Elenita Aguiar teria participado do "XII do Simpósio de Produção Científica e XI e Seminário de Iniciação Científica" como parte da Comissão Científica.
Universidade Estadual do Piauí ³³	2013	Interações com agentes públicos ou administração pública Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da Universidade Estadual do Piauí reporta que Elenita Aguiar teria participado do "XIII do Simpósio de Produção Científica e XII e Seminário de Iniciação Científica" como parte da Comissão Científica.
Tribunal de Justiça do Estado do	12/03/2013	Interações com agentes públicos ou administração pública Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas	Publicação do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí reporta que Elenita Aguiar teria sido convocada, na condição de servidora pública estadual, "para

²⁸ Fonte: [Doczz](#). Acesso em 10/06/2020.

²⁹ Fonte: [Diário Oficial do Município de Teresina](#). Acesso em 10/06/2020.

³⁰ Fonte: [Universidade Federal do Ceará](#). Acesso em 10/06/2020.

³¹ Fonte: [Universidade Estadual do Piauí](#). Acesso em 11/06/2020.

³² Fonte: [Universidade Estadual do Piauí](#). Acesso em 10/06/2020.

³³ Fonte: [Universidade Estadual do Piauí](#). Acesso em 10/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ²⁶			
Piauí ³⁴		e/ou atividades	<i>composição da primeira Reunião Ordinária do Tribunal do Júri, no ano de 2013, no período de 19 a 22, e 25 a 27 de MARÇO de 2013".</i>
Diário Oficial do Estado do Piauí ³⁵	02/08/2013	Interações com agentes públicos ou administração pública Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no Diário Oficial do Estado do Piauí reporta a exoneração de Elenita Aguiar do cargo de Chefe de Estágio Supervisionado do Departamento de Assuntos Pedagógicos da Universidade Estadual do Piauí.
Diário Oficial do Estado do Piauí ³⁶	10/01/2014	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Diário Oficial do Estado do Piauí reporta o Termo de Licença de Direitos Autorais Gratuita, no qual Elenita Aguiar concede à Universidade Federal do Piauí a " <i>Licença gratuita de utilização total e não exclusiva da obra intitulada: POLÍTICA EDUCACIONAL - BRASIL/PIAUI, ISBN 978- 85-8320-008-6</i> ".
Universidade Estadual do Piauí ³⁷	15/04/2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da Universidade Estadual do Piauí reporta que Elenita Aguiar seria professora na instituição.
Secretaria Municipal de Educação de Teresina ³⁸	2015	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação da Secretaria Municipal de Educação de Teresina reporta que Elenita Aguiar teria sido colaboradora no desenvolvimento do " <i>Plano de Educação Municipal</i> " da cidade de Teresina.
Diário Oficial do Estado do Piauí ³⁹	17/01/2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Diário Oficial do Estado do Piauí reporta a autorização da " <i>primeira renovação do afastamento da docente ELENITA MARIA DIAS DE SOUSAAGUIAR, matrícula 1707019, Assistente - D.E., lotada no Campus Campus "Clóvis Moura" [Universidade Estadual do Piauí], no período de 17/01/2018 a 17/01/2019, para cursar Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Piauí - UFPI</i> " (sic).
Diário Oficial do Estado do Piauí ⁴⁰	13/12/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no Diário Oficial do Estado do Piauí reporta que Elenita Aguiar teria sido nomeada " <i>Chefe da Divisão de Estágio Supervisionado, Símbolo DAS-3, da Pró-reitora de Ensino de Graduação</i> " da Universidade Estadual do Piauí.

³⁴ Fonte: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Acesso em 10/06/2020.

³⁵ Fonte: Diário Oficial do Estado do Piauí. Acesso em 11/06/2020.

³⁶ Fonte: Diário Oficial do Estado do Piauí. Acesso em 10/06/2020.

³⁷ Fonte: Universidade Estadual do Piauí. Acesso em 11/06/2020.

³⁸ Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Teresina. Acesso em 10/06/2020.

³⁹ Fonte: Diário Oficial do Estado do Piauí. Acesso em 10/06/2020.

⁴⁰ Fonte: Diário Oficial do Estado do Piauí. Acesso em 10/06/2020.





São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.6 Registros de Mídia ²⁶			
		Interações com agentes públicos ou administração pública	





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

c) Heiber Luis Dias de Sousa Pinho Aguiar

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Heiber Luis Dias de Sousa Pinho Aguiar	
CPF	038.080.593-62	
Data de Nascimento	27/06/1988	
Posição	Irmão de Heiza Maria Dias de Sousa Pinho Aguiar	
Endereço	Quadra Cinquenta e Cinco, 2 Renascença, Teresina - PI, CEP: 64.082-588	
Outros Endereços	Quadra Cinquenta e Cinco, 2, 2, Renascença, Teresina - PI, CEP: 64.082-588 Quadra Dirceu Arcoverde I, 2, Quadra 254 C, Itararé, Teresina - PI, CEP: 64.077-020 Rua Marcos Parente, 1085, B, Fatima, Teresina - PI, CEP: 64.049-544	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁴¹
Construtora Pinho & Siqueira Ltda.	04.711.805/0001-02	0,00%
H S Construções Ltda.	10.862.759/0001-37	80,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	11/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	11/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta

⁴¹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	10/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	10/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	10/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ⁴²				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁴³				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁴⁴	
Processos Judiciais	Categorização dos Processos Judiciais

⁴² A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴³ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴⁴ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁴⁴							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Piauí	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Justiça Federal	Piauí	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	22ª Região	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Tribunal Regional Eleitoral	Piauí	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ⁴⁵	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT	N/A			N/I			
CADE	N/A			N/I			
CVM	N/A			N/I			
TCU	N/A			N/I			

4.5.1 Processos Judiciais ⁴⁶ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	0081211-33.2014.5.22.0001	N/I	N/I	N/I	Autor: Francisco Walisson Peres Bispo Réu: H S Construções Ltda - Me, Weriam Alves De Lavor, Heiber Luis Dias De Sousa Pinho Aguiar
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	0011401-59.2012.818.0111	20/06/2012	Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / Direito do Consumidor	Procedimento do Juizado Especial Cível / Procedimento de Conhecimento / Processo de Conhecimento /	Promovente: Andreia Lopes Siqueira de Negreiros Promovido: Construtora Pinho & Siqueira Ltda. (Revel), Francisco das Chagas Pinho Aguiar (Revel), Heiber Luis Dias de Sousa Pinho Aguiar (Revel)

⁴⁵ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 11/06/2020.

⁴⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais ⁴⁶ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
					Processo Cível e do Trabalho

4.6 Registros de Mídia ⁴⁷			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Diário Oficial do Município de Teresina ⁴⁸	23/03/2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no Diário Oficial do Município de Teresina reporta que Heiber Aguiar teria assinado, na condição de representante da empresa HS Construções Ltda, contrato de prestação de serviços junto à Superintendência de Desenvolvimento Urbano - Centro/Norte. De acordo com a publicação, o objeto do contrato seria a "execução da obra e/ou serviços de colocação de alambrado em Campo de Futebol, localizado na Rua Tenente Luis Simplicio (Campo Ferreirão), Bairro: Água Mineral. Prazo de Vigência: 195 (cento e noventa e cinco) dias. Valor: R\$ 80.072.14 (oitenta mil, setenta e dois reais e quatorze centavos)".
Diário Oficial do Município de Teresina ⁴⁹	09/11/2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no Diário Oficial do Município de Teresina reporta termos aditivos aos contratos nº 035/2012-A. J. -SDU-SUL e nº 036/2012-A. J. -SDU-SUL, firmados pela empresa HS Construções Ltda/ junto à Superintendência de Desenvolvimento Urbano - Sul, os quais teriam Heiber Aguiar como signatário.
Consultoria e Estudos Pedagógicos ⁵⁰	08/07/2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Consultoria e Estudos Pedagógicos reporta que Heiber Aguiar teria sido convocado para a etapa de avaliação de potencial no "PROCESSO SELETIVO ALI - PIAUÍ - SEBRAE E CNPq" para a vaga de Agente Local de Inovação.
Docplayer ⁵¹	2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Docplayer reporta que Heiber Aguiar teria sido convocado para a etapa de análise curricular no "PROCESSO SELETIVO ALI - PIAUÍ - SEBRAE E CNPq" para a vaga de Agente Local de Inovação.
Docplayer ⁵²	16/05/2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Docplayer reporta Heiber Aguiar na classificação 161 da lista do "resultado final do concurso de formação para ingresso no cargo de guarda civil municipal de Teresina, referente ao concurso público instituído pelo edital Nº 01/2015 -SEMGOV".

⁴⁷ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴⁸ Fonte: [Diário Oficial do Município de Teresina](#). Acesso em 10/06/2020.

⁴⁹ Fonte: [Diário Oficial do Município de Teresina](#). Acesso em 10/06/2020.

⁵⁰ Fonte: [Consultoria e Estudos Pedagógicos](#). Acesso em 10/06/2020.

⁵¹ Fonte: [Docplayer](#). Acesso em 10/06/2020.

⁵² Fonte: [Docplayer](#). Acesso em 10/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁴⁷			
JCC Concursos ⁵³	20/06/2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> JCC Concursos reporta que Heiber Aguiar teria realizado concurso público para provimento de vaga de Técnico Do Seguro Social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em São Luís/MA.
Diário do Nordeste ⁵⁴	01/12/2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no <i>website</i> Diário do Nordeste reporta que Heiber Aguiar teria realizado concurso público para ingresso no cargo de Soldado PM da carreira de praças Policiais Militares da Polícia Militar do Ceará.
Docplayer ⁵⁵	20/10/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Docplayer reporta que Heiber Aguiar aparece como "ausente" na segunda etapa (inspeção de saúde) do concurso público para ingresso no cargo de Soldado PM da carreira de praças Policiais Militares da Polícia Militar do Ceará.
Diário Oficial do Município de Teresina ⁵⁶	20/12/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no Diário Oficial do Município de Teresina reporta que Heiber Aguiar teria sido convocado para exercer "o cargo de Guarda Civil Municipal de Teresina, do quadro permanente de pessoal da Prefeitura de Teresina, com vinculação à Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI".

⁵³ Fonte: [JCC Concursos](#). Acesso em 10/06/2020.

⁵⁴ Fonte: [Diário do Nordeste](#). Acesso em 10/06/2020.

⁵⁵ Fonte: [Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social](#). Acesso em 10/06/2020.

⁵⁶ Fonte: [Diário Oficial do Município de Teresina](#). Acesso em 10/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

d) Iabvaldo Pinho de Aguiar

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Iabvaldo Pinho de Aguiar	
CPF	200.356.673-20	
Data de Nascimento	11/01/1960	
Posição	N/I	
Endereço	Avenida Joao Vinte e Três, 780, Noivos, Teresina - PI, CEP: 64.045-000	
Outros Endereços	Quadra Dirceu Arcoverde I, 55, Casa 2, Itararé, Teresina - PI, CEP: 64.077-170 Quadra Dirceu Arcoverde I, 2, Conjunto Dirceu I, Itararé, Teresina - PI, CEP: 64.077-170	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁵⁷
Iabvaldo Pinho de Aguiar	41.277.583/0001-80	100,00%
Iabvaldo Pinho de Aguiar 20035667320	25.356.628/0001-55	100,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	11/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	14/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de	Conselho Nacional de Justiça	10/06/2020	Nada consta

⁵⁷ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%



4.3 Bases de Conformidade			
Improbidade Administrativa e Inelegibilidade			
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	10/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	10/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
Clemilton Pereira Viana	PTN	PI	2010	BRL 300,00
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D ⁵⁸	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente⁵⁹				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente⁶⁰				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁶¹	
Processos Judiciais	Categorização dos Processos Judiciais

⁵⁸ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral". Acesso em 10/06/2020.

⁵⁹ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶⁰ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶¹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁶¹							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Piauí	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Justiça Federal	Piauí	01	01	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Tribunal Regional do Trabalho	22ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Piauí	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ⁶²	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		N/I				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

4.5.1 Processos Judiciais ⁶³ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	0812439-73.2018.8.18.0140	N/I	N/I	Execução de Título Extrajudicial	Exequente: labvaldo Pinho de Aguiar Executado: Ruthneia Vieira Lima Costa
Justiça Federal da 1ª Região - Piauí	17783-82.2011.4.01.4000	15/08/2011	Falsidade Ideológica	Ação Penal - Procedimento Ordinário	Autor: Ministério Público Federal Réu: labvaldo Pinho de Aguiar
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	0000884-68.1995.4.01.4000	15/03/1995	Atualização de Conta	Procedimento Ordinário	Ativa: labvaldo Pinho de Aguiar e Outros Passiva: Caixa Econômica Federal

⁶² Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 11/06/2020.

⁶³ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.6 Registros de Mídia ⁶⁴			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Diário Eletrônico da Justiça Federal da 1ª Região ⁶⁵	25/01/2017	Mídias adversas	Publicação do Diário Eletrônico da Justiça Federal da 1ª Região reporta o processo "17783-82.2011.4.01.4000 AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JUIZ SINGULAR" no qual Iabvaldo Aguiar consta como réu. Segundo a publicação, "o Exmo. Sr. Juiz exarou: ANTE O EXPOSTO, declaro extinta a pena do acusado IABVALDO PLÍNIO DE AGUIAR, nos termos do art. 89, § 5º, da Lei nº 9.099/95. Exaurido o prazo de recurso voluntário, e não havendo interposição, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se".

⁶⁴ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶⁵ Fonte: [Diário Eletrônico da Justiça Federal da 1ª Região](#). Acesso em 10/06/2020.



Belo Horizonte, 22 de junho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Jessica Barbosa Siqueira Simões, CPF: 082.363.294-61, coordenadora institucional da AEDAS.”

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

JESSICA BARBOSA SIQUEIRA SIMÕES

JUNHO DE 2020



Building a better
working world

Número do documento: 2007061833438600000121981690

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2007061833438600000121981690>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:44

26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte sùmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservar o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8

Restrito e confidencial
PRELIMINAR - Sujeito a alteração e finalização
L2 - Versão 12



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIações

BRL - Real brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar norteamericano



1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Jessica Barbosa Siqueira Simões", ("Jessica Simões", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 082.363.294-61, e com relação a entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Angela Barbosa Siqueira Simões ("Angela Simões")	Pessoa Física	N/I ¹

¹ Nas buscas realizadas não foi possível identificar o CPF de Angela Simões.

